

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

- **Disciplina:** Regulação e Concessões em Infraestrutura

- **Curso:** Mestrado

- **Tipo Disciplina:** Eletiva comum

- **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

- **Ementa:**

Ordem Constitucional Econômica e Regulação. Falhas de mercado. Falhas de governo. Regulação de redes. Desverticalização. Concorrência em setores regulados de infraestrutura. Extensão e limites à atuação de agências reguladoras. Desenho de mecanismos. Sanções negativas e positivas. Concessões e PPPs. Modelos tarifários.

- **Objetivos:**

O objetivo da disciplina consiste em dotar o aluno do Mestrado em Direito da Regulação da FGV Direito Rio do ferramental necessário a discussões acadêmicas e práticas de questões econômicas e jurídicas envolvendo setores regulados de infraestrutura.

- **Temas e Bibliografia:**

Apresentação do curso.

A regulação no contexto da Ordem Constitucional Econômica.

Serviços públicos e monopólios estatais.

PND e instrumentos de desestatização.

Falhas de mercado e regulação.

Monopólio natural.

Introdução mecanismos de regulação: preços, tarifas, requisitos de investimento, universalização, qualidade e governança.

Falhas de mercado e regulação: bens públicos, externalidades, monopólio e assimetria de informação.

Falhas de governo.

Captura.

Teoria da Regulação Econômica e sua crítica.

Evolução do conhecimento em economia da regulação.

<p>Governança regulatória e o regime jurídico das empresas estatais.</p> <p>Governança de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Lei 13.303/2016).</p>
<p>Regulação e Concessões no setor elétrico I</p>
<p>Regulação e Concessões no setor elétrico II</p>
<p>Regulação e Concessões na indústria do gás natural</p>
<p>Regulação e Concessões em ferrovias</p>
<p>Regulação e Concessões em rodovias</p>
<p>Regulação e Concessões em saneamento</p>
<p>Regulação e Concessões em telecomunicações</p>
<p>Financiabilidade – Investimentos em Infraestrutura.</p> <p>Matriz de Risco em Concessões de Infraestrutura.</p> <p>Seguro Garantia Como Instrumento de Incentivo a Investimentos em Infraestrutura.</p>

BECKER, Gary. A theory of competition among pressure groups for political influence. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 98, n. 3, ago 1983; pp. 371/400. Disponível em <http://www2.bren.ucsb.edu/~glibecap/BeckerQJE1983.pdf>.

BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função*. Barueri: Manole, 2007.

COMISSÃO EUROPEIA. *Impact assessment guidelines*. Bruxelas: Comissão Europeia, 15.01.2009. Disponível em http://ec.europa.eu/governance/impact/commission_guidelines/docs/iag_2009_en.pdf.

DEMSETZ, Harold. Why regulate utilities? *Journal of Law and Economics*, Vol. 11, No. 1 (Apr., 1968). Disponível em <http://www.sfu.ca/~wainwrig/Econ400/documents/demsetz68-JLE-utilities.pdf>.

DUTRA, Joisa; SAMPAIO, Patrícia; GONÇALVES, Edson (ed.). *Network Industries' Quarterly – Special Edition – Brazil* (v. 18, n. 1, 2016). Disponível em <http://network-industries.org/index.php/network-industries-quarterly-article/vol-18-no-1-2016>.

DUTRA, Joisa; LANDAU, Elena; SAMPAIO, Patrícia. O Estado e a iniciativa privada no setor elétrico: uma análise das duas últimas décadas (1992 – 2012). In OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo; OLIVEIRA, Gesner. Parcerias público-privadas: experiências, desafios e propostas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

DUTRA, Joisa; MENEZES, Flávio; SAMPAIO, Patrícia. Regulação e concorrência em concessões rodoviárias no Brasil. In PINHEIRO, Armando Castelar Pinheiro; FRITSCHTAK, Cláudio. Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

LANDAU, Elena (coord.). Regulação jurídica do setor elétrico. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006, v. I e II.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Bens públicos: função social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PINHEIRO, Armando Castelar. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Regulação e concorrência: a atuação do CADE nos setores de infraestrutura. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARAIVA, Joisa Campanher Dutra. Governança regulatória em leilões de usinas estratégicas – o caso do leilão da UHE Santo Antonio. In LANDAU, Elena (coord.). Regulação jurídica do setor elétrico. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2011, tomo II.

STIGLER, George. The theory of economic regulation. Bell Journal of Economics and Management Science, v. 1, primavera de 1971. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/regulacao2/stigler-1971.pdf>.

UNCTAD. Best practices for defining respective competences and settling of cases, which involve joint action by competition authorities and regulatory bodies. Genebra: UNCTAD, 2006. Disponível em <http://www.unctad.org>, acesso em dezembro de 2006.

VISCUSI, W. Kip; HARRINGTON JR., Joseph E.; VERNON, John. Economics of regulation and antitrust. 4a ed. Cambridge: The MIT Press, 2005.